



Brasília-DF, 18 de junho de 2026

CNTI CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

ENCONTRO REGIONAL CNTI SUL

PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL

25 DE JUNHO | **HORÁRIO: 10h** | **LOCAL:** RUA GASPAR MARTINS, 451 - CEP: 90220-160 - BAIRRO FLORESTA - PORTO ALEGRE/RS

TEMA:
**ANÁLISE DA CONJUNTURA:
DESAFIOS ATUAIS DO
SINDICALISMO**

ORGANIZAÇÃO: SECRETARIA REGIONAL DA CNTI/SUL

Denilson Pestana destaca avanços e protagonismo da NCST na 114ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT



O diretor de Relações Internacionais da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Denilson Pestana, avaliou de forma positiva a participação da entidade na 114ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, na Suíça. Segundo o dirigente,

o evento consolidou importantes avanços para trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e do mundo, além de reforçar a relevância do movimento sindical na construção de relações de trabalho mais justas e democráticas.

Para Denilson, os debates realizados ao longo da Conferência evidenciaram que o diálogo social, a negociação coletiva e a liberdade sindical permanecem como instrumentos fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos do mundo do trabalho, especialmente diante das transformações provocadas pelas novas tecnologias, pela inteligência artificial, pelas mudanças climáticas e pelas novas formas de organização produtiva.

“A Conferência reafirmou que o fortalecimento do diálogo entre trabalhadores, empregadores e governos continua sendo o caminho mais eficaz para promover o desenvolvimento econômico com justiça social e garantir melhores condições de trabalho para todos”, destacou.

Outro tema que ganhou destaque nas discussões foi a promoção da igualdade de gênero. As conclusões aprovadas reforçaram o compromisso internacional com a igualdade salarial entre homens e mulheres, o combate à discriminação, à violência e ao assédio no ambiente de trabalho, além da ampliação da participação feminina em espaços de liderança sindical e nos processos de negociação coletiva.

De acordo com o diretor, os resultados da Conferência fortalecem pautas estratégicas para o Brasil, como a valorização do trabalho decente, a ampliação da proteção social, a qualificação profissional, a inclusão e a promoção da justiça social.

Denilson também destacou a atuação da delegação da NCST nas diversas comissões temáticas da Conferência. O dirigente reconheceu o trabalho desenvolvido por Claudemir Moreira e William Nascentes nas articulações relacionadas à Comissão de Diálogo Social e Tripartismo, bem como a contribuição da vice-presidente da NCST-PR, Genecir dos Santos, de Rita de Cássia e da pesquisadora Renata Caciquinho nos debates sobre igualdade de gênero.

Na Comissão de Plataformas, a Central contou com a participação do vice-presidente Tarcísio Melo e do conselheiro fiscal João Estevam, além dos assessores jurídicos Agilberto Seródio e Cristiano Meira, que contribuíram para o acompanhamento das discussões sobre os impactos das novas formas de trabalho mediadas por plataformas digitais.

Ao final de sua avaliação, Denilson Pestana agradeceu

Brasília-DF, 18 de junho de 2026

a confiança da presidente da NCST, Sônia Zerino, pela coordenação da bancada da Central durante a Conferência, e ressaltou a responsabilidade que a entidade assumirá no próximo ano na coordenação da bancada dos trabalhadores brasileiros nos fóruns internacionais.

“Seguimos firmes na defesa dos direitos dos trabalhadores, fortalecendo a representação sindical e construindo um mundo do trabalho mais justo, inclusivo e democrático. A luta continua”, concluiu.

Fonte: NCST

Paim: Fim da escala 6x1 pode elevar arrecadação previdenciária



Carlos Moura/Agência Senado

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender, durante pronunciamento em Plenário nesta terça (16), o fim da escala 6x1. Segundo ele, experiências internacionais indicam que a medida resultará em novas contratações com carteira assinada e, assim, no aumento da arrecadação da Previdência.

Paim afirmou que a redução da jornada favorece uma melhor distribuição do trabalho e pode impulsionar a produtividade. Ele citou estimativas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) segundo as quais a medida poderia gerar até 4,5 milhões de novos empregos e elevar a produtividade em cerca de 4%.

— Imaginem o impacto desses números sobre a Previdência Social. Cada novo emprego com carteira assinada significa um novo contribuinte para o INSS, mais arrecadação, maior equilíbrio financeiro do sistema e mais segurança para aposentados e pensionistas — disse.

O senador também associou o debate sobre a jornada de trabalho à saúde dos trabalhadores. De acordo com

ele, dados do Ministério da Previdência Social mostram que mais de 546 mil pessoas foram afastadas de suas atividades em 2025 por transtornos mentais e comportamentais — como ansiedade, depressão e síndrome de burnout.

Ele declarou ainda que esses afastamentos cresceram quase 16% em apenas um ano e que a Previdência concedeu mais de 3 milhões de benefícios por incapacidade temporária relacionados a doenças e acidentes de trabalho.

— Quando garantimos mais tempo para descanso, convivência familiar, lazer, estudo e qualificação profissional, estamos investindo na saúde das pessoas. Um trabalhador saudável produz mais, vive melhor e necessita menos da Previdência — argumentou.

Fonte: Agência Senado

Leo Prates apresenta parecer de projeto do governo sobre escala 6x1

Parecer incorpora mudanças à CLT e regulamenta cronograma para redução gradual da carga horária.



Relator ressalta necessidade do projeto para garantir segurança jurídica à redução de jornada.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

O deputado Leo Prates (Republicanos-BA) apresentou nesta terça-feira (16) seu parecer ao Projeto de Lei 1.838/2026, encaminhado pelo Poder Executivo, que prevê o fim da escala de trabalho 6x1. O texto regulamenta os termos da PEC sobre o mesmo tema aprovada pela Câmara dos Deputados no fim de maio.

A proposta está prevista para votação na sessão plenária desta noite. A matéria foi originalmente apresentada com urgência presidencial, revogada esta noite pelo governo.

Texto do projeto

O projeto reproduz o conteúdo da PEC anteriormente aprovada, reduzindo a jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais, mantido o limite de oito

Brasília-DF, 18 de junho de 2026

horas diárias, além da obrigatoriedade de dois dias de descanso remunerado por semana. A proposta determina expressamente que a mudança seja implementada sem redução salarial, inclusive dos pisos das categorias, e passa a valer também para contratos de trabalho já em vigor.

O texto incorpora os termos da PEC à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e à Lei do Descanso Remunerado, adequando regras sobre jornada, compensação de horas, trabalho aos domingos e negociação coletiva.

Também assegura que acordos e convenções coletivas possam estabelecer regimes compensatórios que garantam, na média mensal, dois dias de repouso por semana. Entre as mudanças previstas está a prioridade para que trabalhadoras com filhos ou dependentes com deficiência escolham seus dias de descanso.

A proposta ainda regulamenta a transição gradual para a nova carga horária. Dois meses após a publicação da lei, a jornada máxima passaria para 42 horas semanais. Um ano depois, seria reduzida para 40 horas. Nesse período, acordos coletivos poderão ajustar a distribuição da jornada diária.

Para contratos da administração pública que dependam diretamente de mão de obra, a aplicação das novas regras ficará condicionada à formalização de aditivos contratuais para reequilíbrio econômico-financeiro, com prazo de até um ano para adaptação.

Argumentos do relator

Em seu parecer, Leo Prates enfatizou a necessidade de uma legislação que acompanhe a PEC do fim da escala 6x1 para assegurar a plena efetividade de uma futura promulgação da proposta.

"A atuação eficiente do Poder Legislativo exige que a reforma do texto constitucional seja imediatamente acompanhada pela reestruturação dos diplomas legais que regem as relações de trabalho", afirmou.

Segundo o relator, o projeto "assegura a máxima eficácia e a segurança jurídica necessárias para a transição da jornada de trabalho", evitando "lacunas interpretativas ou antinomias entre o texto constitucional reformado e as regras celetistas vigentes".

Leo Prates também agradeceu aos parlamentares que protagonizaram o debate sobre o fim da escala 6x1, entre eles a deputada Erika Hilton (Psol-SP), a bancada do PT, o ex-deputado Pauderney Avelino e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), "cuja liderança institucional foi determinante para

viabilizar a tramitação das propostas e colocar o tema no centro do debate político nacional".

Fonte: Congresso em Foco

Definição sobre PEC da 6x1 deve ficar para julho, afirma presidente da CCJ do Senado

Senador Otto Alencar, contudo, afirmou ainda não ter recebido sinalizações de presidente da Casa, Davi Alcolumbre, sobre trâmite da proposta



O senador Otto Alencar (PSD-BA), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, afirmou que a definição de como será a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que põe fim à escala 6x1 deve ficar para a primeira quinzena de julho.

O prazo deve frustrar a expectativa do governo, que esperava ver a medida, bandeira eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aprovada e promulgada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados antes do início do recesso parlamentar, em 17 de julho.

Pelo trâmite normal, a CCJ é a primeira etapa de discussão da proposta, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 27 de maio, mas ainda não foi remetida à comissão pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

— Ainda não tenho definição de quando o presidente Davi Alcolumbre vai despachar a PEC para a CCJ. Ele não falou nada comigo. Está tudo parado — disse o senador.

O cálculo de Otto que o tema deva ficar para julho leva em consideração o período de esvaziamento do Senado, motivada pelas festas juninas e a Copa do Mundo. Alcolumbre marcou sessões de votações semipresenciais nesta semana.

**Brasília-DF, 18 de junho de 2026**

A decisão, que permite a participação de senadores em votações mesmo não estando em Brasília, atende a demandas de parlamentares, que têm preferido ficar em seus estados para articular as pré-campanhas eleitorais.

Conversa com Lula

Segundo interlocutores, Alcolumbre ainda aguarda uma conversa com Lula antes de destravar a votação da PEC no Senado. Os dois não se falam desde a rejeição da indicação do advogado geral da União (AGU), Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Alencar disse acreditar que, dependendo das conversas, ainda seria possível aprovar a PEC antes do recesso. Alcolumbre, contudo, já disse que não vai colocar a proposta em votação diretamente em plenário e que ela vai passar pelo menos por uma comissão.

Segundo interlocutores, o presidente do Senado também não deu qualquer sinalização ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos PB), com quem tem falado com frequência, de que pretende acelerar a tramitação da PEC.

O presidente do Senado também ainda não definiu quem será o relator da PEC. Entre os cotados estão o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSB-MG) e o líder do PSD na Casa, Omar Aziz (AM).

Fonte: Agência O Globo

Grupo de trabalho aprova parecer de Tabata Amaral para PL da Misoginia



Deputada fez pequenos ajustes em relação ao texto anterior.
Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Relatório de Tabata Amaral reformula a definição do crime, amplia agravantes e mira a disseminação de discursos misóginos no ambiente digital.

O grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que analisa o projeto de lei 896/2023, conhecido como PL

da Misoginia, aprovou nesta terça-feira (16) o relatório da deputada Tabata Amaral (PSB-SP).

Após apresentar a proposta na reunião de líderes na segunda-feira (15), a relatora promoveu ajustes pontuais em relação à versão divulgada no início do mês.

O substitutivo mantém o principal eixo do texto original do Senado: equiparar a misoginia ao racismo, tornando-a crime inafiançável e imprescritível. A principal alteração está na definição jurídica da conduta. Em vez de caracterizar a misoginia como "ódio" ou "aversão" às mulheres, a nova redação passa a defini-la como a indução ou incitação "à violência, à restrição do pleno exercício de direitos ou à ofensa à dignidade da mulher".

A versão anterior descrevia a misoginia como "menosprezo ou discriminação" em razão da condição feminina. Segundo Tabata, a mudança busca adequar o texto ao princípio da exteriorização da conduta, evitando conceitos excessivamente subjetivos.

Fonte: Congresso em Foco

Acesse a plataforma:

<https://napressao.org.br/campanha/pela-aprovacao-do-fim-da-escala-6x1-e-da-reducao-da-jornada-de-trabalho-sem-reducao-salarial-senado>